

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se**Publique - se****O Secretário da Mesa**

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

- 1 – De acordo com notícias vindas a público, três médicos ortopedistas deixaram sem cirurgia “uma criança, dois jovens e vários doentes adultos”.
- 2 – Os três ortopedistas terão sido contratados pelo Centro Hospitalar do Algarve a uma empresa prestadora de serviços, para prestar assistência no Hospital de Faro.
- 3 – Alegadamente, na madrugada da passada quinta-feira, dois dos referidos ortopedistas estiveram incontactáveis e o terceiro terá sido “encontrado a dormir no 6º piso, tendo abandonado a unidade 20 minutos depois de ter regressado ao Serviço de Urgência”.
- 4 – Ora, a confirmarem-se estas notícias, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que estamos perante uma grave situação de negligência no tipo de contratações de médicos que é feita a empresas prestadoras de serviços, estando em causa não só a qualidade como, também, a própria assistência hospitalar aos utentes.
- 5 – Acresce que estes médicos são contratados pelo valor de 50 euros à hora, valor muito superior relativamente ao que auferem os clínicos dos quadros de pessoal.
- 6 – Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende ser da maior pertinência um esclarecimento por parte do Senhor Ministro da Saúde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3

fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Confirma V. Exa. a situação acima relatada?

2 – Quantos utentes, ao todo, ficaram sem assistência pela ausência destes ortopedistas?

4 – Entende, V. Exa. que uma situação destas seja admissível?

5 – Quais são os critérios utilizados na escolha de empresas prestadoras de serviços?

6 – Que medidas pretende V. Exa. tomar para penalizar exemplarmente a referida empresa prestadora de serviços?

7 – Que medidas pretende V. Exa. tomar para evitar que situações destas se repitam nos Hospitais do SNS?

Palácio de São Bento, terça-feira, 2 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)